



ITABUNA-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA-BAHIA

Professor – Educação Infantil

EDITAL Nº 01/2023

CÓD: SL-011AG-23
7908433239390

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

Português

1. Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global das informações. Reconhecimento da estrutura do texto e dos parágrafos. Identificação das ideias principais e secundárias, pressuposições e inferências.	9
2. Significados de palavras e expressões no texto.	13
3. Substituição de palavras e de expressões do texto. Nexos e outros recursos coesivos e recursos de argumentação.....	13
4. Gêneros textuais diversos.	15
5. Linguagem e adequação social. Registros formal e informal da linguagem.	22
6. Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais.	23
7. Textualidade: Coesão, coerência, argumentação e intertextualidade.	24
8. Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas.	25
9. Fonologia: Letras (consoantes, vogais e semivogais). Fonemas. Encontros vocálicos. Dígrafos. Encontros consonantais. Sílabas: classificação, divisão, acento tônico; monossílabos,	26
10. acentuação gráfica e suas regras, Notações léxicas	28
11. regras especiais, acento diferencial/grave.	29
12. Ortografia.....	30
13. Emprego dos porquês.	33
14. Emprego do hífen.....	34
15. Sinais de pontuação.	34
16. Morfologia: Classes de palavras variáveis (adjetivo, artigo, numeral, pronome, substantivo e verbo), reconhecimento, classificação, uso e flexão. Classes de palavras invariáveis (advérbio, conjunção, interjeição e preposição), reconhecimento, classificação e uso.	36
17. Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos e parônimos. Denotação e conotação.	44
18. Figuras de linguagem.	45
19. Sintaxe: Análise sintática (interna e externa).	47
20. Concordância nominal e verbal.	50
21. Regência nominal e verbal.....	51
22. Pontuação.	53
23. Emprego da crase.	53

Legislação

1. Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 1º a 69; Art. 76 a 92; Art. 101 e 102; Art. 127 a 129).....	61
2. ITABUNA. Lei Orgânica do Município.....	88
3. ITABUNA. Lei Municipal nº 2.442/2019 Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.....	88

Conhecimentos Específicos

Professor – Educação Infantil

1. Temas Educacionais e Pedagógicos: Planejamento e organização do trabalho pedagógico.....	91
2. Gestão democrática.	101
3. Teoria e prática de currículo.	102
4. Projeto político-pedagógico da escola.	106
5. Função histórico-cultural da escola.	113
6. Educação/sociedade e prática escolar.	115
7. Interação escola, família e comunidade.	119
8. Relações humanas na escola.	131
9. Educação em e para os Direitos Humanos.	131
10. Educação ambiental.....	132
11. Educação integral.....	133
12. Educação Especial/Inclusiva.	135
13. Educação a distância.....	148
14. Tecnologias da informação e comunicação na educação.	150
15. Psicologia da educação e da aprendizagem.....	155
16. Neurociência e aprendizagem.	165
17. Práticas pedagógicas e construção do conhecimento.	173
18. Didática e prática histórico-cultural.	174
19. Tendências pedagógicas na prática escolar.....	174
20. Concepções didático-pedagógicas e a prática educativa.	177
21. Metodologias de ensino.	178
22. Processos de ensino e de aprendizagem.	179
23. Relação professor/aluno.	181
24. Compromisso social e ético do professor.	182
25. Prática docente e gestão escolar.....	183
26. Organização do Trabalho Pedagógico em sala de aula.	183
27. Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica.....	184
28. Componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias e meios.....	189
29. Competências gerais da Educação Básica.	190
30. Avaliação e suas implicações pedagógicas.....	191
31. Organização do ensino na Educação Básica.....	193
32. Temáticas históricas ou emergentes do contexto escolar na educação brasileira: evasão e abandono escolar,.....	194
33. comportamento e indisciplina.	196
34. defasagem da aprendizagem.	197
35. sucesso e fracasso escolar.	199
36. violência e drogas.	199
37. Base Nacional Comum Curricular: introdução e estrutura.	200
38. Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Da Ordem Social - Art. 193 a 232.	241
39. - BRASIL. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	253

ÍNDICE

40. - BRASIL. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	289
41. - BRASIL. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.	305
42. - BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.	311
43. - BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação - PNE. - BRASIL. Lei nº 14.113/2020 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).	344
44. - BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.	357
45. - BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	363
46. - BRASIL. Resolução nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.	372
47. - BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	380

Conhecimentos Específicos - Parte 2

Professor – Educação Infantil

1. Fundamentos e prática pedagógica em educação infantil.	395
2. Fundamentos da Infância.	412
3. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.	414
4. Família e instituição.	421
5. Infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem.	426
6. O cuidar e o educar.	437
7. O brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro.	439
8. Conceitos: movimento, tempo, cultura, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente.	439
9. Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil.	440
10. Recreação.	440
11. Comportamento Infantil.	447
12. Identidade e autonomia.	448
13. Psicomotricidade.	448
14. Desenho Infantil.	448
15. Literatura Infantil.	449
16. Conteúdos e Métodos da Educação Infantil.	450
17. Alfabetização.	453
18. Matemática na educação infantil.	462
19. Avaliação na educação infantil.	466
20. Política Nacional de Alfabetização.	469
21. Base Nacional Comum Curricular: etapa da educação infantil.	469

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, no art. 32 da Lei nº 9.394/96, na Lei nº 11.274/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A presente Resolução fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Parágrafo único. Estas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola.

FUNDAMENTOS

Art. 3º O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos.

Art. 4º É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

Parágrafo único. As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.

Art. 5º O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

§ 1º O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

§ 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida,

com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

§ 3º Na perspectiva de contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.

§ 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

PRINCÍPIOS

Art. 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Art. 7º De acordo com esses princípios, e em conformidade com o art. 22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Alienação docente: Implicações na Construção do Conhecimento

E preciso não perder de vista que a educação, apesar de sua fundamental importância na conscientização das massas, não é redentora da humanidade, pois pertence a um sistema de instituições sociais, sendo necessário considerar que todos os fatores sociais agem (ou deveriam agir) dialeticamente.

Para refletir sobre a atuação do professor, e preciso considerar as condições concretas de realização de seu trabalho, pois a idealização deve servir-nos como aquilo que buscamos, mas deve ser pensada a partir daquilo que vivemos.

Os esforços em manter o trabalho pedagógico num ideário que desvaloriza o caráter político da educação imergem o professor em práticas que, traduzindo sua alienação particular, a reproduzem em seus educandos partindo de práticas valorativas do cotidiano e que impedem a reflexão crítica e transformadora.

E preciso compreender esta imersão acrítica em seu contexto histórico. A partir do final da década de 1980, aumentou a demanda pela escola, mas sua qualidade não acompanhou o número de vagas oferecidas, o que fez que os alunos provenientes de melhores condições financeiras migrassem para as escolas privadas; o professor teve sua formação esvaziada, deixando de ser valorizado socialmente, os salários tiveram queda vertiginosa, o que também contribuiu para a minimização do status do professor. Além disso, a culpabilização do professor pelos males da escola coloca o educador em condição de ser necessário ou desnecessário, tanto para a classe dominante como para a classe trabalhadora, dependendo do projeto com o qual está comprometido. Esse comprometimento, por sua vez, depende do nível de consciência profissional do docente em relação ao seu poder de transformação na prática pedagógica.

A crise das instituições educacionais é uma crise da totalidade dos processos dos quais a educação formal é apenas uma parte. A questão central da atual contestação das instituições educacionais não são simplesmente o tamanho das classes, a inadequação das instalações de pesquisas, mas a razão de ser da própria educação.

A educação, portanto, está diretamente relacionada a organização social em suas múltiplas relações. Daí decorrem os interesses políticos e econômicos em manter a educação em plano de menor importância. Preocupar-se com a educação transformadora significa investir no sistema educacional e formar intelectuais orgânicos.

Porém, esse não é um projeto capitalista e precisa ser compreendido em sua essência, pois o neoliberalismo procura mascará-lo com os conceitos de globalização, integração, flexibilidade, competitividade etc., que são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial.

Escola: Que espaço é esse?

A escola é uma instituição social, cujo papel específico consiste em propiciar o acesso ao conhecimento sistematizado daquilo que a humanidade já produziu e que são necessárias as novas gerações para possibilitar que avancem a partir do que já foi construído historicamente.

A escola pode tornar-se espaço de reprodução da sociedade capitalista ou pode contribuir na transformação da sociedade dependendo do nível de participação nas decisões que os envolvidos têm (pais, alunos, professores), da maneira como os conteúdos são selecionados (sua relevância e caráter humanizado), da forma como

são discutidos, apresentados e inseridos no planejamento e como são ensinados. O professor e, portanto, peça-chave nessa organização e sistematização do conhecimento.

Nas diferentes teorias educacionais, encontra-se a visão de escola, professor e aluno que norteia cada uma delas e consequentemente e possível reconhecer nesses modelos a manutenção do status quo ou a luta para fazer da escola um espaço democrático e contribuinte para as transformações da sociedade.

Teorias Não Críticas

Na sociedade capitalista, a educação tem duas funções:

- A) Qualificação de mão de obra;
- B) Formação para o controle político.

Assim como já descrito anteriormente, essas funções respondem a sociedade de classes, pois em sua função de formação para o controle político serão preparados aqueles que determinarão os rumos da sociedade enquanto as mãos de obra mantem a estrutura social.

Todas as teorias deste grupo desempenham e ainda desempenham grande poder sobre as práticas pedagógicas exercidas, tendo a ação da escola como a de adequação do indivíduo a sociedade.

A chamada escola tradicional tem o ensino centrado na autoridade do professor, os conteúdos não estão relacionados a realidade e o aluno deve aprender pela repetição e memorização. No entanto, ao longo do tempo essa escola foi sendo progressivamente criticada por não conseguir realizar seu desiderato de universalização nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem-sucedidos.

A educação tradicional esteve ligada a fase revolucionária da burguesia, defendendo o princípio de que todos os seres humanos nascem essencialmente iguais, ou seja, nascem uma tabula rasa, que se contrapunha a concepção medieval, segundo a qual os seres humanos nasceriam essencialmente diferentes e defendia a reforma da sociedade substituindo uma sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual”

Essa escola, estava articulada a um processo político de superação da Idade Média e consolidação da burguesia e sua ordem democrática no poder.

Não se podem ignorar as insuperáveis limitações da pedagogia tradicional, as quais decorrem principalmente do fato de que se trata de uma pedagogia burguesa e, como tal, desconsidera inteiramente a existência da luta de classes e suas implicações para a produção e distribuição social do conhecimento, da mesma forma que transforma o conhecimento ensinado na escola em algo destituído de historicidade.

Mas não foi por essa razão que a escola tradicional passou, no final do século XIX e início do século XX, a ser alvo das críticas dos defensores da “nova pedagogia.

Tais críticas tem sua origem social no fato de que a burguesia precisava recompor sua hegemonia e, nesse contexto, tornou-se necessário articular ideologicamente a escola a uma perspectiva não mais centrada na socialização do conhecimento objetivo sobre a realidade natural e social, mas sim a uma concepção da escola como espaço de respeito a individualidade, a atividade espontânea e as necessidades da vida cotidiana dos indivíduos.

Os ideólogos da burguesia colocavam a necessidade de educação de forma mais geral e, nesse sentido, cumpriam o papel de hegemonia, ou seja, de articular toda a sociedade em torno dos

nhos. Nada para ela será dificuldade, sendo ela preparada para a vida, podendo sentir que o educador é um amigo que tem e espera respeito.

IDENTIDADE E AUTONOMIA

O Currículo da Educação Infantil — 0 a 5 anos — é centrado nos eixos Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo e deverá contribuir para prática e vivência pedagógicas plenas de êxito e alegria, culminando com aprendizagem satisfatória e significativa das crianças.

Existe um consenso sobre a necessidade de que a educação, para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundamentada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando as crianças em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a ela seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas fundamentam-se nos seguintes princípios:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades da criança;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Esses princípios buscam a formação da criança a partir das relações sócio-histórico-cultural, de forma consciente e contextualizada, oferecendo condições para que elas aprendam a conviver com os outros, em uma atitude básica de respeito e confiança. O trabalho educativo pode, assim criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e resignificarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais. A identidade é um conceito de distinção, a começar pelo nome. A autonomia é a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprias, levando em conta regras, valores. Identidade e autonomia é resultado da construção do próprio cotidiano em sala de educação infantil, onde a criança necessita estar conhecendo, desenvolvendo e utilizando seus recursos pessoais e naturais, para fazer frente às diferentes situações que surgirão.

PSICOMOTRICIDADE

Segundo o portal da Associação Brasileira de Psicomotricidade a Psicomotricidade é uma ciência que estuda o homem através do seu corpo em movimento, em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Dentre outras habilidades que a criança pode desenvolver através das atividades em sala de aula estão a aprendizagem da leitura e da escrita que exige boa coordenação óculo-manual para acompanhar as linhas de uma página com os olhos ou os dedos, boa percepção auditiva para perceber os diferentes sons das letras e boa percepção visual para reconhecer

as diferenças entre as consoantes. A função do psicomotricista é interagir com a criança e identificar suas dificuldades e potenciais para poder criar estratégias que contribuam para o seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico. Dentre suas funções estão a avaliação, a prevenção, o cuidado com a criança na relação com o ambiente e processos de desenvolvimento, tendo por objetivo atuar nas dimensões do esquema e da imagem corporal em conformidade com o movimento, a afetividade e a cognição.

DESENHO INFANTIL

O desenho infantil é uma forma de expressão muito importante para as crianças, pois permite que elas desenvolvam sua criatividade, imaginação e habilidades motoras finas. Além disso, o desenho pode ajudar as crianças a se comunicarem e a expressarem suas emoções e pensamentos de forma não verbal.

Neste texto, abordaremos o tema do desenho infantil, discutindo sua importância, os principais estágios de desenvolvimento e as estratégias que os educadores podem utilizar para incentivar e apoiar o desenho infantil.

— Importância do desenho infantil

O desenho infantil tem muita importância para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Ele permite que elas:

- Desenvolvam a criatividade e a imaginação: através do desenho, as crianças podem criar imagens e mundos imaginários, o que estimula sua criatividade e imaginação.
- Desenvolvam habilidades motoras finas: o desenho requer habilidades motoras finas, como controle do lápis e precisão no traço, que são importantes para outras atividades, como a escrita.
- Comuniquem-se e expressem-se: muitas vezes, as crianças não têm as habilidades verbais necessárias para expressar suas emoções e pensamentos. • O desenho pode ajudá-las a se comunicarem e a expressarem-se de forma não verbal.
- Desenvolvam a autoestima e a confiança: quando as crianças desenham algo que gostam e recebem elogios e reconhecimento por isso, isso pode aumentar sua autoestima e confiança.

— Estágios do desenvolvimento do desenho infantil

O desenho infantil passa por vários estágios de desenvolvimento, que refletem as habilidades cognitivas e motoras da criança. Os principais estágios são:

- Rabiscos: os rabiscos são os primeiros traços que as crianças fazem, geralmente entre 1 e 2 anos de idade. Eles não têm uma forma específica e não são intencionais, mas são importantes para o desenvolvimento das habilidades motoras.
- Desenhos sem controle de forma: entre 2 e 4 anos, as crianças começam a fazer desenhos que representam formas reconhecíveis, como círculos, linhas e espirais. No entanto, essas formas ainda não são controladas e podem aparecer em lugares aleatórios no papel.
- Desenhos com controle de forma: entre 4 e 5 anos, as crianças começam a fazer desenhos mais controlados, com formas mais precisas e em locais específicos no papel. Eles também começam a usar cores para representar objetos.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
	(EIO2ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.	(EIO3ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.
	(EIO2ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).	(EIO3ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS

O eu, o outro e o nós

- Respeitar e expressar sentimentos e emoções.
- Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.
- Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.

Corpo, gestos e movimentos

- Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.
- Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.
- Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.
- Coordenar suas habilidades manuais.